

---

## INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PROCEDIMENTO DE DENÚNCIA

---

A informação é prestada no âmbito do procedimento de Denúncia e será adquirida através de ferramentas informáticas e/ou através dos métodos adicionais indicados na documentação específica. Todos os dados pessoais serão tratados de acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, o que significa o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e sobre a livre circulação desses dados (“**RGPD**”), Decreto Legislativo nº. 196/2003, conforme alterado posteriormente (“**Código de Privacidade**”), bem como qualquer outra legislação sobre a proteção de dados pessoais aplicável em Itália, incluindo as disposições da Garantia (doravante, em conjunto com o RGPD, “**Regulamentos de Privacidade**”), no pleno respeito dos direitos e liberdades fundamentais, com especial atenção à confidencialidade da identidade dos titulares dos dados e à segurança do tratamento.

As seguintes informações serão prestadas para efeitos de transparência relativamente ao Denunciante, de forma a dar-lhe conhecimento dos termos e condições do tratamento dos dados, incluindo o exercício dos direitos conexos e os limites ao seu exercício.

### CONTROLADOR DE DADOS

Os Responsáveis pelo Tratamento são as seguintes empresas do grupo INOXPA (doravante a “Empresa”) cada uma por sua área de competência:

- **INOXPA SAU**, com identificação fiscal ESA17778390 e endereço legal C/ Telers, 60 17820 Banyoles (Girona) Spain
- **INOXPA SOLUTIONS FRANCE SAS** com identificação fiscal FR80491103974 e endereço legal ZAC d’Epinay - 69 Allée des Caillotières - 69400 Gleize (France)
- **IMPROVED SOLUTIONS PORTUGAL UNIPessoal LDA** com identificação fiscal PT508456991 e endereço legal Av. da Indústria, n.º 309 Rossio 3730-600 Vale de Cambra (Portugal)
- **INOXPA ITALIA SRL** com identificação fiscal 8432940156 e endereço legal Via Stazione, 119/V - Fr. Ballo 30035 Mirano (Italia)
- **INOXPA SKANDINAVIEN A/S** com identificação fiscal DK21261173 e endereço legal Langballe 2, 8700 HORSENS (Denmark)
- **INOXPA UK LTD**, com identificação fiscal GB691059814 e endereço legal 8G The Old Yard, Rectory Lane, Brasted, Westerham, Kent TN16 1JP, United Kingdom
- **INOXPA UKRAINE SRL**, com identificação fiscal 378818926550 e endereço legal Staronavodnitskaia, 8B, litera A - 01015, Kiev (Ukraine)
- **INOXPA LTD**, com identificação fiscal 5074059142 e endereço legal 142117, Russian Federation, Moscow region, Podolsk city, Severovo village, ul. Kutuzovskaya, house 15, building 1, office 1
- **INOXPA SOLUTIONS SRL**, com identificação fiscal 1005600046660 e endereço legal Mun.Chisinau, str.Botanica Veche 2 ap.11 MD2062
- **INOXPASOUTH AFRICA (PTY) LTD** com identificação fiscal 4410123634 e endereço legal Unit A3 - 1510 Zeiss Rd- Laser Park, Honeydew Gauteng 2040 (South Africa)
- **INOXPA USA INC** com identificação fiscal 980426443 e endereço legal 1000 Jupiter Road, Suite 300 – Plano - TEXAS 75074 - USA
- **INOXPA COLOMBIA SAS** com identificação fiscal 830.021.692-8 e endereço legal Autopista Medellín Km 2.5 Vía Parcelas- Parque CIEM OIKOS OCCIDENTE - Bodega G-100 Cota - Cundinamarca (Colombia)

- **INOXPA MÉXICO SA DE CV** com identificação fiscal IME201030QF2 e endereço legal Calle Darwin 74 – 301, 11590 Anzures, Miguel Hidalgo, Ciudad de México
- **INOXPA INDIA PRIVATE PVT LTD** com identificação fiscal U24232PN2008PTC134145 e endereço legal Plot No. I-45A (Plot No. 6), Part of Gat No. 1/1 to 1/9, Chordia Industrial Park, Village Sangavi, Naigaon, Tal. Khandala, Dist. Satara – 412801, Maharashtra, India
- **INOXPA SPECIAL PROCESSING EQUIPMENT (JIAXING) CO. LTD** com identificação fiscal 913304006891473940 e endereço legal Building 6th, Floor 5th-2 NO.289 Muyang Road- Jiaxing, Zhejiang Province (China)
- **INOXPA CHINA FLOW TECHNOLOGY CO., LTD.** com identificação fiscal 91310120MA1HKAFQ9A e endereço legal 1st FLOOR, BUILDING 7, No.1515 NORTH HUIFENG ROAD, FENGXIAN DISTRICT SHANGHAI China
- **SHANGHAI PUPENG FLOW TECHNOLOGY CO., LTD** com identificação fiscal 91310120MA1HKC540F e endereço legal 1st Floor, Building 3, No. 200 Fengjin Road, Fengxian District, Shanghai China

Em conformidade com a independência e autonomia no cumprimento das obrigações previstas, a Empresa nomeou a Interpump Group S.p.A. como Processador de Dados Pessoais nos termos do artigo 28 do RGPD. Em particular, é confiada ao Processador de Dados a tarefa de gerir as denúncias de acordo com os procedimentos estabelecidos no “Procedimento para a Gestão de Relatórios de Denúncias” e de tratar os dados pessoais em nome do Controlador de Dados.

## **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS**

O Encarregado de Proteção de Dados para todos os assuntos relativos ao tratamento de dados pessoais e ao exercício dos direitos do titular dos dados, pode ser contactado através do seguinte endereço de correio eletrónico: [dpo@interpumpgroup.it](mailto:dpo@interpumpgroup.it).

## **CATEGORIA DE DADOS PESSOAIS**

Os dados pessoais do Denunciante, e de outras pessoas que possam estar envolvidas e/ou ligadas aos factos objeto da Denúncia (ou também do “Denunciado” ou do “Terceiro”), adquiridos em conexão com a gestão das Denúncias, serão processados em total conformidade com o disposto no artigo 13 do RGPD e com o disposto no “Procedimento para a Gestão de Relatórios de Denúncia”.

Os dados pessoais recolhidos e tratados pela Empresa incluem (i) dados de identificação do Denunciante (dados pessoais, dados de contacto,...); (ii) dados de identificação do Denunciado e/ou do Terceiro fornecidos pelo Denunciante e/ou posteriormente adquiridos no decorrer das atividades de inquérito e investigação subsequentes; (iii) outros dados que serão inseridos pelo Denunciante no preenchimento do formulário de denúncia/fornecidos oralmente ou posteriormente adquiridos pelos Responsáveis pela Gestão de Relatórios de Denúncias no decorrer das atividades de investigação preliminar, incluindo qualquer referência a dados sobre o Denunciante e/ou Terceiros e reportados pelo próprio Denunciante ou adquiridos no decorrer das atividades de investigação preliminar subsequentes.

Com referência ao ponto (iii) acima, a Empresa não pode excluir que o conteúdo da Denúncia também inclua dados especiais nos termos do artigo 9.º do RGPD. Neste caso, o Controlador de Dados tratará os dados, para os fins previstos neste Aviso, de acordo com o disposto no artigo 9, par. 2, let. b), do RGPD.

## **OBJETIVO DO PROCESSAMENTO**

Os dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou do Terceiro, serão recolhidos e tratados, no âmbito do procedimento de Denúncia, exclusivamente para efeitos de investigação e apuramento dos factos objeto da Denúncia e de adoção de quaisquer medidas consequentes. Em particular, os dados pessoais recolhidos serão apenas os necessários e pertinentes para a concretização das finalidades acima indicadas, com base no princípio da minimização.

Os dados pessoais que não sejam úteis para o processamento de uma Denúncia específica não serão recolhidos ou, se recolhidos acidentalmente, serão excluídos imediatamente.

## **BASE LEGAL PARA PROCESSAMENTO**

A base legal para o tratamento dos dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou do Terceiro, fornecidos em conexão com denúncias relativas a supostas irregularidades, infrações e/ou condutas omissas lesivas ao interesse público ou à integridade da Empresa e de que tomaram conhecimento em razão do vínculo de trabalho, ou seja, por causa ou por ocasião do mesmo, encontra-se no cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 6, par. 1, v. c) e artigo 9, par. 2, let. b) do RGPD.

Esses dados poderão também ser tratados para cumprimento de solicitações das autoridades administrativas ou judiciais competentes e, de forma mais geral, de organismos públicos solicitantes, no cumprimento das formalidades previstas na lei.

O Controlador de Dados também pode processar dados pessoais para:

- (i) necessidades de controlo interno e monitorização de riscos de negócio, bem como de otimização e agilização de processos empresariais e administrativos internos que possam implicar uma retenção da Denúncia mais prolongada do que a mera gestão e resolução da Denúncia em causa;
- (ii) apurar, exercer ou defender um direito ou interesse legítimo do Controlador de Dados (incluindo outras empresas do Grupo Interpump) em qualquer foro competente.

A base jurídica do tratamento referido nos pontos (i) e (ii) acima encontra-se, respetivamente, no interesse legítimo do Controlador de Dados em garantir a eficiência da organização da empresa, também com vista a prevenir e combater efetivamente condutas fraudulentas e ilícitas ou irregulares, e no exercício pelo mesmo do direito de defender as suas próprias razões nos foros apropriados.

O fornecimento de dados não é obrigatório, uma vez que são possíveis denúncias anónimas, mas a recusa em fornecer tais dados pode tornar mais difícil verificar se a Denúncia é bem fundamentada, se não for comprovado, com base em elementos precisos e concordantes, não diz respeito a factos verificáveis e/ou não contém todos os elementos necessários à realização da referida apuração.

## **AUTORIZAÇÕES DE PROCESSAMENTO**

Os dados fornecidos no âmbito das Denúncias estão sujeitos a tratamento pelos “Responsáveis pela Gestão de Relatórios de Denúncias” em conformidade com os métodos estabelecidos pelo Controlador de Dados e em conformidade com o Regulamento de Privacidade, com garantia dos princípios de legalidade, correção, transparência e relevância.

Em qualquer caso, a identidade e os dados pessoais do Denunciado, do Denunciante e/ou de quaisquer Terceiros envolvidos na Denúncia, serão tratados respeitando o princípio da confidencialidade, também através da

utilização de sistemas criptografados, e com todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança do tratamento.

## **DESTINATÁRIOS/CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DE DADOS PESSOAIS**

Os Destinatários dos dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou de Terceiros são os Responsáveis pela Gestão de Relatórios de Denúncias que, em conformidade com o disposto no Regulamento de Privacidade e no “Procedimento de Gestão de Denúncias” adotado pela Empresa, são obrigados a garantir a confidencialidade da identidade do Denunciante.

Os Responsáveis pela Gestão de Relatórios de Denúncias estão autorizados a tratar os dados e receberam formação específica sobre a legislação sobre Denúncias e sobre a proteção de dados pessoais, com referência específica às medidas de segurança e proteção da confidencialidade das pessoas envolvidas e das informações contidas nos Relatórios. Além disso, nos casos em que seja necessário para efeitos de apuramento dos fundamentos do facto objeto da Denúncia, das atividades investigativas relevantes e da adoção das medidas consequentes, bem como para a instauração de quaisquer medidas disciplinares, os destinatários dos dados pessoais das pessoas em causa podem ser de outras funções da Empresa e quaisquer consultores.

Em qualquer caso, entende-se que a identidade do Denunciante não poderá ser divulgada sem o seu consentimento, o que os Responsáveis pela Gestão de Relatórios de Denúncias deverão solicitar nos casos especificamente previstos no Regulamento de Denúncias.

A Empresa também zela pelo sigilo das informações relativas (i) à identidade do Denunciado (o chamado envolvido); (ii) o facilitador (tanto no que se refere à identidade como à atividade em que ocorre a assistência); (iii) pessoas que não sejam o Denunciado, mas mesmo assim implicadas conforme mencionado no relatório (por exemplo, testemunhas, Terceiros), até à conclusão do processo instaurado por causa do relatório e em conformidade com as mesmas garantias previstas a favor do Denunciante.

Se necessário, os dados das pessoas interessadas também poderão ser comunicados às autoridades judiciais e órgãos de investigação para efeitos de acionamento dos procedimentos necessários para garantir a proteção adequada como consequência da denúncia, bem como para quaisquer investigações que possam ser necessárias.

Em qualquer caso, todas as medidas necessárias para proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita, perda e divulgação não autorizada serão tomadas no decorrer das atividades destinadas a verificar a validade da Denúncia.

## **TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA PAÍSES FORA DA UE**

Os dados pessoais tratados para os fins acima mencionados não são transferidos para países terceiros fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu (EEE) ou para organizações internacionais.

Se necessário, o Controlador de Dados terá o direito de transferir a localização dos arquivos e servidores para Itália e/ou a União Europeia e/ou países fora da UE. Neste último caso, fica assegurado, desde já, que a transferência de dados para fora da UE ocorrerá no cumprimento das disposições legais aplicáveis, estipulando, quando necessário, acordos que garantam um nível de proteção adequado e/ou adotando as cláusulas contratuais padrão previstas pela Comissão Europeia.

## PERÍODO DE RETENÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

Os dados pessoais recolhidos para os fins acima mencionados serão conservados por nós durante o tempo necessário ao desempenho das atividades de apuração do mérito e de gestão das Denúncias e, em qualquer caso, durante não mais do que cinco anos a partir da data da comunicação do resultado final do procedimento de Denúncia.

## DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

Nos termos dos artigos 15 e seguintes do RGPD, são concedidos aos titulares dos dados determinados direitos, que podem ser exercidos dentro dos limites da sua compatibilidade com a legislação sobre Denúncia e com o disposto no artigo 2.º do Decreto Legislativo n.º 193/2003, a saber:

- Direito de acesso: direito de obter, sem demora injustificada, informação relativa (i) às finalidades do tratamento; (ii) as categorias de dados pessoais tratados; (iii) os destinatários ou categorias dos mesmos a quem os dados podem ser divulgados, especialmente se estiverem localizados em países fora da UE, e os meios para exercer os seus direitos sobre tais pessoas; (iv) quando possível o prazo de armazenamento ou os critérios para a sua determinação; (v) a atualização, retificação ou, quando houver interesse, a integração dos dados pessoais, bem como a origem dos dados recolhidos de terceiros;
- Direito de retificação: direito de obter, sem demora injustificada, a retificação dos dados pessoais inexatos e, tendo em conta as finalidades do tratamento, de obter a integração dos dados pessoais incompletos, inclusive mediante apresentação de declaração complementar;
- Direito ao apagamento: direito de obter, sem demora injustificada, o apagamento dos dados pessoais quando um dos fundamentos listados no artigo 17.º, par. 1, do RGPD - por exemplo, quando os dados pessoais já não sejam necessários em relação aos fins para os quais foram recolhidos ou de outra forma tratados - a menos que o tratamento seja necessário com base nas disposições do n.º 3 do artigo 1.º do RGPD- por exemplo, quando os dados pessoais já não sejam necessários em relação aos fins para os quais foram recolhidos ou de outra forma tratados - a menos que o tratamento seja necessário com base nas disposições do n.º 3 do mesmo artigo, incluindo (a) o cumprimento de uma obrigação legal que exija o tratamento conforme previsto na legislação da União ou do Estado-Membro a que o Controlador esteja sujeito, ou (b) o desempenho de uma tarefa realizada no interesse público ou no exercício da autoridade oficial investida no Controlador, ou (c) a declaração, exercício ou defesa de ações judiciais;
- Direito à restrição: o direito de obter a restrição do tratamento quando um dos casos referidos no artigo 18, par. 1 do RGPD: se o tratamento for restrito, os dados pessoais serão tratados - exceto para armazenamento - apenas com o consentimento do titular dos dados ou para a declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial ou para proteger os direitos de outra pessoa física ou jurídica ou por razões de interesse público substancial da União ou de um Estado-Membro.

Ressalta-se que o exercício dos direitos acima mencionados pelo interessado poderá ocorrer mediante o envio dos respetivos pedidos para o endereço de e-mail [privacy.wb.interpumpgroup@legalmail.it](mailto:privacy.wb.interpumpgroup@legalmail.it).

Se o titular dos dados considerar que as operações de tratamento que lhe dizem respeito violam a Política de Privacidade, terá o direito de apresentar reclamação à autoridade competente em matéria de proteção de dados.